



## **Gestão Sustentável: avaliação da responsabilidade socioambiental em meios de hospedagem no litoral norte da Paraíba**

### ***Sustainable management: evaluation of socio-environmental responsibility in the Hospitality Industry of the northern coast of Paraíba (Brazil)***

Pedro Henrique Cesar, Daniel Durante, Joel Silva Santos,  
Sueli Aparecida Moreira

**RESUMO:** O litoral norte da Paraíba apresenta um contexto singular que inclui arquitetura barroca, presença indígena e o santuário do peixe boi (*Trichechus manatus*). A região contém o maior número de unidades de conservação do estado da Paraíba. O aumento da visitação turística torna necessário o planejamento turístico sustentável da região. No contexto ecológico, a hotelaria deve prestar serviços com impacto ambiental reduzido para promover o desenvolvimento local sustentável. O presente estudo pretende observar a gestão da hotelaria do litoral norte da Paraíba sob o paradigma da sustentabilidade. Através de pesquisa qualitativa, os gestores responsáveis pelo serviço de hotelaria foram entrevistados. A gestão da hotelaria do litoral norte da Paraíba atua de modo inadequado às premissas do desenvolvimento sustentável. O contexto local demanda planejamento turismo ecológico para evitar a desestruturação da natureza e da cultura tradicional.

**PALAVRAS-CHAVE:** Hotelaria; Gestão Sustentável; Turismo Ecológico.

## ABSTRACT

The northern coast of Paraíba presents a singular context that includes Baroque architecture, indigenous presence and the sanctuary of Manatees (*Trichechus manatus*). The region contains the largest number of conservation units in the state of Paraíba. The increase in tourist visitation makes the region's sustainable tourist planning necessary. In the ecological context, the hospitality industry must provide services with reduced environmental impact to promote sustainable local development. This study aims to observe the management of the hospitality of the north coast of Paraíba under the sustainability paradigm. Through qualitative research the managers responsible for the hospitality service were interviewed. The management of the hospitality of the north coast of Paraíba acts inappropriately to the premises of sustainable development. The local context demands ecological tourism planning to avoid the destructuring of nature and traditional culture.

**KEYWORDS:** Hospitality Industry; Sustainable Management; Ecological Tourism.

## Introdução

A hospitalidade no planeta terra na era da sustentabilidade requer uma abordagem cuidadosa no sentido de trata-lo com cuidado para que possa abrigar harmoniosamente todos os humanos e a biodiversidade. Com isso, o temor de um colapso ambiental e a má distribuição de renda que aumenta o fosso entre pobres e ricos força as organizações a inserirem no âmago da sua cultura organizacional os princípios de um desenvolvimento sustentável ou sustentabilidade (BOFF, 2005). Leff (2011) diferencia os dois termos ao afirmar que em castelhamo o termo *sostenible* ou sustentado se refere ao modelo neoliberal e economicista do ambientalismo e a expressão *sustainable* ou sustentável significa racionalidade ambiental. Para Boff (2014, p. 107) Sustentabilidade é

toda ação destinada a manter as condições energéticas, informacionais, físico-químicas que sustentam todos os seres, especialmente a Terra viva, a comunidade de vida, a sociedade e a vida humana, visando a sua continuidade e ainda atender as necessidades da geração presente e das futuras, de tal forma que os bens e serviços naturais sejam mantidos e enriquecidos e sua capacidade de regeneração, reprodução e coevolução.

No cenário da hospitalidade (meios de hospedagem e indústria hoteleira) se enquadra a gestão socioambiental que é uma ferramenta estratégica para a conservação dos recursos naturais. Berté (2012, p, 32) conceitua como um modelo de gestão:

Que envolve procedimentos técnico-administrativos, mas é de fundamental importância entender que somente se torna viável de fato quando é assimilada e compreende a vida a partir de sua pluralidade, dos sistemas, dos ciclos, das intersecções, do movimento conjunto dos universos de práticas e de saberes.

Para Andrade *et. al.* (2000, p, 13.):

Uma gestão ecológica baseia-se no exame e na revisão das operações de uma empresa partindo da ecologia profunda ou de um novo paradigma. É motivada por uma mudança nos valores da cultura empresarial, da dominação para a parceria, da ideologia do crescimento econômico para a ideologia da sustentabilidade ecológica. Envolve uma mudança correspondente do pensamento mecanicista para o pensamento sistêmico e, por conseguinte, um novo estilo de administração, o da administração sistêmica.

Dias (2011), também corrobora alegando que a gestão ambiental empresarial se baseia em mudar a cultura da empresa, envolvendo os agentes internos, para que atue com uma maior responsabilidade socioambiental onde está inserida, levando em consideração, questões ambientais nas decisões estratégicas da empresa. A gestão ambiental, além de analisar os métodos mais adequados ao empreendimento, também considera as políticas públicas de âmbito federal, bem como estadual e municipal. Essas políticas e seus instrumentos como as leis, decretos e resoluções, são o ponto de partida para estabelecer a gestão ambiental privada.

O conceito de gestão ambiental surge como um elo entre a preocupação ambiental (ecossistemas naturais e antrópicos) e o desenvolvimento sustentável das atividades socioeconômicas realizadas pelas empresas (SEIFFERT, 2009). A gestão sustentável, portanto, requer o envolvimento da empresa na análise de todo o processo de desenvolvimento dos serviços ou produtos, procura conhecer o perfil socioambiental da comunidade ao redor do empreendimento instalado. A partir desse diagnóstico adota-se a melhor estratégia para empreender uma gestão capaz de mitigar os impactos socioambientais.

Do ponto de vista do comportamento do consumidor contemporâneo, Aligleri *et. al.* (2009) afirmam que o bem-estar humano começa a ser percebido como derivado do bem-estar do planeta e o desempenho social das empresas compreende, também, a preocupação ambiental, originando o conceito de responsabilidade socioambiental. O Instituto Ethos, caracteriza Responsabilidade Socioambiental como uma relação ética e transparente da empresa com todos os indivíduos com as quais ela interage, visando um desenvolvimento sustentável da sociedade, preservando recursos ambientais e culturais. Para Figueira e Dias (2011) a responsabilidade socioambiental

promove um comportamento empresarial que envolve ainda elementos sociais e ambientais que não estão contidos na legislação, mas que atendem expectativas da sociedade em relação à empresa.

Apesar de algumas críticas como a de Camargo (2003) que avalia o modelo e ressalta que a tentativa de atingir um desenvolvimento sustentável, na atualidade, baseia-se em um “desenvolvimento capitalista sustentável” que segundo o autor, reitera-se o sistema de capitalismo de mercado. Interesses corporativos estariam em jogo no cerne da ética de desenvolvimento.

Contudo, a busca de um desenvolvimento local sustentável segundo Buarque (1999) começa a surgir de um processo endógeno registrado em pequenos centros urbanos, com o intuito de promover o dinamismo econômico e a melhoria da qualidade de vida da população. Representa uma mudança singular nas bases econômicas locais, resultantes dos esforços da sociedade, no intercâmbio de suas capacidades e potencialidades específicas. De forma que todos os esforços deveriam concentrar-se em um processo consistente e sustentável, capaz de elevar as oportunidades sociais e da economia local, sinergicamente, na conservação da natureza.

No cenário de interação natureza-cultura, no qual está inserido o consumidor contemporâneo, o turismo se apresenta como uma das atividades econômicas mais impactantes da atualidade. Diversos autores, incluindo Ignarra (2003), Molina (2001), Coriolano e Vasconcelos (2007) nos alertam que tais impactos se caracterizam pelos aspectos, tanto positivos, quanto negativos. No início do seu apogeu, o turismo foi considerado a “indústria sem chaminés”, cuja atividade era tida como não poluente (FIGUEROA; DIAS, 2011; DIAS, 2002). Essa ideia, obviamente, não se configurou com o passar dos anos. A atividade turística quando não bem planejada causa danos ambientais, sociais, culturais e econômicos irreversíveis (RUSCHMAN, 1997; DIAS, 2003).

Porto-Gonçalves (2012) revela que o capitalismo busca reduzir o significado de natureza, tornando-a escassa no sentido de mercantilizá-la. Do ponto de vista econômico, um recurso natural é mais bem contabilizado quando se torna escasso. O bem natural deixa de ser dádiva abundante para que a valorização (na forma lucrativa da palavra) aconteça. Na apreciação turística, a natureza fundamenta-se no atrativo principal. Sem planejamento que visa à sustentabilidade, o turismo apropria-se de paisagens singulares e ecossistemas frágeis, acometendo-os de impactos irreversíveis.

No entanto, quando bem planejada, a atividade turística pode alcançar os moldes do desenvolvimento sustentável sugerido por Sachs (2009), que se apoia no equilíbrio entre os pilares: ecológicos, cultural, ambiental, econômico, territorial e social. Alguns tipos e/ou métodos de turismo capazes de mitigar os impactos socioambientais, na sua execução, vêm sendo cada vez mais utilizados. Práticas mais conscientes, com menos impactos no meio ambiente, tendem a substituir o turismo de massa que se caracteriza pela falta de limite de capacidade de carga em atrativos locais (MOLINA, 2001). Convém conceituar:

Capacidade de carga ou Resistência é o limite de capacidade que um sistema é capaz de resistir a influências externas enquanto a resiliência “é a capacidade de um sistema retornar a algum estado de referência após uma perturbação” (RICKLEFS, 2010, p. 339).

A prática da atividade turística de forma ética e responsável que se fundamenta no princípio de preservação e da valorização, tanto da natureza como da cultura local, tem se mostrado mais sustentável. Para a OMT (1993, p. 22):

[...] turismo sustentável é aquele que atende as necessidades dos turistas atuais e das regiões receptoras e ao mesmo tempo protege e fomenta as oportunidades para o turismo futuro. Concebe-se como um caminho para a gestão de todos os recursos de forma que possam satisfazer-se as necessidades econômicas, sociais e estéticas, respeitando ao mesmo tempo a integridade cultural, os processos ecológicos essenciais, a diversidade biológica e os sistemas que sustentam a vida.

Do ponto de vista turístico, Ruschuman (2000) afirma que sustentabilidade de um local depende, necessariamente, do tipo de turismo desenvolvido na área específica, contudo pode vir a ser instrumentalizado um modelo de desenvolvimento ecológico, exigido pelas grandes transformações no modo de vida em todo globo terrestre.

A percepção da crise ambiental afeta a ideia de bem-estar do consumidor contemporâneo que vem se tornando cada vez mais exigente com os modos de produção, a origem dos produtos e a depredação da natureza. Essa reflexão vem, aos poucos, mudando o pensamento e o comportamento em todos os setores da sociedade atual. A busca pela sustentabilidade, influenciada pelo aumento da consciência ambiental e motivada pelos movimentos ambientais, vem tentando mudar os rumos do planeta, com soluções socialmente justas, ecologicamente conscientes e economicamente equitativas.

A indústria hoteleira, seguindo a nova perspectiva, vem procurando se adequar ao movimento da sustentabilidade socioambiental. Esse ramo, muitas vezes, agrega valor a suas atividades a partir dos recursos naturais disponíveis no seu entorno, influenciando e impactando os ecossistemas onde se insere.

A Organização Mundial do Turismo OMT (2003) classifica meio de hospedagem como um estabelecimento comercial que tem como objetivo dar suporte aos viajantes na sua estadia, dando subsídios como alimentação e outros serviços hospitalares. Marques (2003) define como um empreendimento destinado a fornecer um bom serviço de alojamento, refeições, bar, informações turísticas de caráter geral. Para Castelli (2008) meio de hospedagem é um estabelecimento comercial de hospedagem, que

disponibiliza quartos mobiliados, com banheiro privativo, para ocupação temporária, serviços de alimentação, além de outros suportes.

Muitos empreendimentos hoteleiros estão localizados em áreas de beleza cênica, cidades históricas ou em regiões de delicado equilíbrio ambiental. A localização das operações dos hotéis é definida em função das expectativas dos clientes, assim não pode deixar de ser influenciado e influenciar o meio ambiente onde se instala (GONÇALVES, 2004). De acordo com Bohdanowicz (2005), o desenvolvimento e bem-estar da indústria hoteleira, nos destinos turísticos, dependem da constante disponibilidade de recursos naturais, sendo que o apelo natural é determinante para levar os turistas aos destinos.

De posse da ideia de desenvolver a hotelaria com baixa intervenção no meio ambiente, Felix (2011) afirma que o setor hoteleiro vem tomando uma maior consciência dos problemas ambientais, e adotando ações proativas em relação ao desfrute de recursos naturais. Essa conscientização acontece, principalmente, devido à percepção que os empresários adquiriram sobre a relação empreendimento e meio ambiente. Para Santos et. al. (2006) as organizações hoteleiras estão cada vez mais fazendo uso da variável ambiental, motivadas pela melhoria na imagem da empresa, redução de custos, além da pressão exercida por parte de clientes (turistas), principalmente os de países desenvolvidos. Frente a isso, os hotéis estão despertando para a problemática ambiental e se movendo na direção de uma atitude ambientalmente responsável, que funciona como um diferencial competitivo diante da concorrência acirrada.

No entanto, a hotelaria deve adotar um modelo de gestão socioambiental, não apenas pela minimização dos custos, boa imagem perante o mercado, mas, principalmente, pela conjuntura ética (OLÍVIO et. al. 2010). Sobretudo, pelo respeito às comunidades tradicionais onde se insere, pois passa a influenciar, diretamente, nos aspectos econômicos, sociais, culturais, políticos e ambientais do entorno (PHILIPPI, 2004).

Nessa perspectiva, estabelecer parcerias através do bom relacionamento entre o meio de hospedagem e a população local permite respeitar os costumes tradicionais, com o intuito de manter a hospitalidade da comunidade com os turistas, prevenindo acontecimentos xenofóbicos (DIAS, 2003). Quando ocorre uma interação entre o hotel e a comunidade local, o empreendimento comporta-se com uma biodinâmica bem estabelecida (PHILIPPI, 2004). De acordo com Dias, (2002 p.56) o turismo como proposta de desenvolvimento integrado e sustentável requer se comprometer com o fazer melhor:

Para fazer melhor nos propomos a projetar, testar e transmitir através de um sistema abrangente, multidimensional e auto-sustentável, envolvendo a perspectiva ambiental, econômica, de saúde, nutricional, psicológica, e outras fortemente relacionadas com o turismo, para expressar o propósito de fazer do turismo um instrumento útil para o ecodesenvolvimento: útil não somente para o atendimento das necessidades perceptíveis e não perceptíveis dos

turistas, mas para as necessidades ambientais, culturais e econômicas das comunidades locais, nacionais e internacionais com quem estes turistas entram em contato.

Independentemente das questões ambientais, a hospitalidade é inerente a qualquer atividade turística, e é uma das principais estratégias diplomáticas para manter as boas relações entre as nações. Contudo, para Boff (2005) a hospitalidade é um caminho para “um outro mundo possível” justo e sustentável. Castelli (2003) destaca que é necessário transformar os meios de hospedagem em referências de hospitalidade, como componente essencial da oferta turística. Assim, o turista se compromete com a proteção do patrimônio natural, cultural e histórico dos destinos e exigente em relação à qualidade dos serviços oferecidos, estabelecendo-se a nova cultura da hospitalidade. Essa nova cultura está fundamentada na relação do turismo com a preservação ambiental. Philippi Jr. (2010) acrescenta que a sustentabilidade é o limite máximo suportável pelo ecossistema, que quando ultrapassado por um empreendimento hoteleiro, se instaura a inospitalidade deste sobre seu entorno natural.

Por tratar-se de uma área estratégica instaurada na proximidade de áreas protegidas, com oportunidade única em educação ambiental, o setor hoteleiro e o turismo devem ter responsabilidade em fazer da ética do desenvolvimento sustentável, parte integrante de seus objetivos, devido à exploração e dependência do cenário natural. Com isso, deve estimular iniciativas empresariais que busquem a conservação dos recursos naturais, a manutenção da beleza cênica e a sustentabilidade (FERREIRA, 1999).

A região do Litoral Norte da Paraíba é conhecida pelas suas riquezas naturais e o seu rico patrimônio imaterial. Essa região apresenta uma diversidade biológica e cultural muito singular, onde se inserem duas REBIOS (Reservas Biológicas) e uma APA (Área de Preservação Ambiental), entre outras UC, além de praias como: Praia de Campina, Barra de Mamanguape, Baía da Traição, Lucena, entre outras, que contam com uma rica cultura étnica, representada pela presença indígena Potiguara. A região recebe um fluxo de turistas sazonalmente durante algumas festividades locais, contudo é alvo constante de turistas para contemplar a beleza cênica do lugar e compreender a complexidade da cultura local.

A atividade turística tem um ciclo com cinco estágios, desde a exploração até a estagnação, podendo esse último partir para o rejuvenescimento ou declínio (BUTLER, 1980). Pela proposta de Butler (1980), a região do litoral norte, do estado da Paraíba, encontra-se em estágio de “envolvimento”. Esse estágio corresponde ao segundo ciclo e representa o momento no qual a população reconhece seu lugar como um potencial turístico e tem início a aparição de pequenos empreendimentos, visando satisfazer os anseios de poucos turistas que visitam a localidade.

Enquanto que o litoral sul do estado da Paraíba, o estágio atual de turismo, pela proposta de Butler (1980), encontra-se em “consolidação”, pois o destino atingiu o auge de sua popularidade. Na região sul, estudo de Temoteo et. al. (2012) registrou impactos causados por empreendimentos

turísticos. Parte do impacto explica-se, segundo Kiotane *et. al.* (2012), pelo uso do espaço para turismo, sem comprometimento com a legislação ambiental. Esses achados apontam que a falta de planejamento turístico adequado às questões ambientais pode agravar, ainda mais, os impactos socioambientais na região.

Grande parte dos impactos do litoral sul decorre do turismo de massa. Embora na região norte, local do estudo, o turismo apresente forte tendência a tornar-se ecológico, convém atentar para os efeitos deletérios do turismo de massa. De acordo com Dias (2003) o turismo de massa, quando mal planejado, pode acarretar impactos socioambientais gravíssimos. Como exemplos, o autor aponta a destruição de ecossistemas frágeis para dar lugar aos aparelhos turísticos; exploração da cultura local como atrativo; aumento do consumo de drogas; marginalização dos nativos; prostituição, entre outras situações de riscos.

A falta de estrutura e de conhecimento, por parte dos meios de hospedagem, em relação às questões ambientais compromete a qualidade dos serviços e contribui para a geração de impactos socioambientais na região do litoral norte da Paraíba (CESAR, 2013). Com isso, é importante observarmos como esses empreendimentos hoteleiros se relacionam com os paradigmas de uma gestão socioambiental. Tal caracterização poderá dar subsídios para um planejamento turístico regional, com ênfase nas questões ambientais.

Os diversos meios de hospedagem constituem-se em espaços estratégicos para a incorporação de programas e projetos de incentivo à prática da educação ambiental, para garantir o turismo sustentável na região. Ainda em relação aos meios de hospedagem, Molina (2001) afirma que a gestão organizacional pautada no paradigma da sustentabilidade se apresenta como alternativa para preservar o rico patrimônio natural, histórico e cultural do lugar de inserção. Para reiterar a importância da atividade turística, ecologicamente, responsável, faz-se necessário identificar os impactos socioambientais negativos, desencadeados pelos meios de hospedagem locais e contextualizar os problemas socioambientais da região.

Diante do exposto, a presente investigação tem como objetivo avaliar os métodos de gestão adotados pelos meios de hospedagem do litoral norte da Paraíba para verificar se os mesmos se enquadram na perspectiva de uma gestão sustentável.

## **Metodologia**

### **Área de estudo**

A pesquisa foi realizada no litoral norte da Paraíba que integra ao todo cinco municípios: Lucena, Rio Tinto, Marcação, Baía da Traição e Mataraca, totalizando, aproximadamente, 40 km de costa. A região se apresenta de forma singular devido aos seus aspectos naturais e étnicos. A diversidade natural se destaca quando observamos o número de Unidades de Conservação existentes (Quadro 1). O Litoral Norte do Estado é onde se concentra o maior número de áreas protegidas já institucionalizadas (BRASIL,



2014). Outra característica, que a região apresenta, trata-se do grande valor cultural devido ao passado histórico, marcado por batalhas entre indígenas, portugueses e holandeses durante o período da colonização (GONÇALVES, 2011). Cardoso e Guimarães (2012) ainda afirmam que as terras indígenas Potiguaras, devido a sua vulnerabilidade socioambiental, foram consideradas prioritárias, dentre as demais terras indígenas do Brasil.

**Quadro 1:** Perfil das Unidades de Conservação do Litoral Norte da Paraíba.

**Table 1:** Profile of the Conservation Units of the Northern Coast of Paraíba.

<b>Unidade de Conservação Municipal</b>				
<b>Unidade de Conservação</b>	<b>Área (Ha)</b>	<b>Decreto Estadual</b>	<b>Municípios</b>	<b>Bioma</b>
Mata do Rio Vermelho	1.500	Nº 14. 835	Rio Tinto	Mata Atlântica
ARIE do Rio Camaratuba			Mataraca	Manguezal
<b>Unidade de Conservação Estadual</b>				
Parque Municipal Eco-Turístico da Barra do Rio Camaratuba	210	Nº 001/98	Mataraca	Manguezais e Mata de Restinga
<b>Unidade de Conservação Federal</b>				
APA do Rio Mamanguape	14,640	Nº 924	Lucena, Rio Tinto, Marcação e Baía da Traição	Manguezais; Mata de Restinga e Mata Atlântica
ARIE Manguezais da Foz do Rio Mamanguape	5.769,54	Nº 9.890	Rio Tinto e Marcação	Marinho Costeiro
ReBio Guaribas	4.028,55	Nº 98.884	Rio Tinto e Mamanguape	Mata Atlântica
<b>Reservas indígenas</b>				
Reserva Indígena dos Potiguaras	21.138	Nº 267	Rio Tinto e Marcação	Mata Atlântica
Reserva indígena de Jacaré de São Domingos	5.032	Nº22	Rio Tinto	Mata Atlântica

**Fonte:** Adaptado de Paraíba (2009) citado por Barbosa-Segundo (2015).

**Source:** Adapted from Paraíba (2009) cited by Barbosa-Segundo (2015).

Os meios de hospedagem pesquisados estão localizados em uma área de delicado equilíbrio ambiental, pois 70% desses empreendimentos estão inseridos dentro do ecossistema costeiro. A zona costeira constitui por um uma região de transição ecológica, exercendo importante papel no desenvolvimento e reprodução de diversas espécies e nas trocas genéticas que ocorrem entre os ecossistemas terrestres e marinhos (PRATES et. al. 2012). Os outros empreendimentos também se localizam em ecossistemas delicados, pois 11% estão inseridos dentro de uma unidade de conservação que comporta uma Área de Proteção Ambiental (APA), Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE) e Reserva Indígena. Uma fração menor de 5% faz fronteira com uma Reserva Biológica (REBIO) e o restante de 5% se encontra dentro de uma mata ciliar. De acordo com Valente e Gomes (2005) a vegetação ciliar é uma faixa de proteção de curso de água que tem como funções servir de habitat para vários componentes da fauna silvestre, diminuir a temperatura da água, dentre outros. A eficiência ambiental das matas ciliares garante a ação de proteção física contra a poluição dos mananciais hídricos. A mata ciliar, também, se caracteriza como Área de Proteção

Permanente (APP) e o seu tamanho varia de acordo com a largura do leito do rio (ICMBIO, 2011).

Considerando os aspectos sociais, a partir de dados obtidos no site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), observamos que a região apresenta um Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) baixo. A cidade de Lucena obtém um índice de 0,583; Rio Tinto: 0,585; Marcação: 0,529; Baía da Traição: 0,581; Mataraca: 0,536. Farias (2013) ainda diz que o litoral norte Paraibano possui os piores índices sociais do estado. A forte representação indígena na região caracterizada pela etnia Potiguara conta com uma população média de 19 mil indígenas, cujas aldeias estão localizadas entre as cidades de Baía da Traição, Marcação e Rio Tinto, entre os rios Camaratuba e Mamanguape. O conjunto das aldeias constituem três Terras Indígenas (TIs) num total de 33.757 hectares, a Potiguara (população de 8.109 pessoas), a Jacaré de São Domingos (população de 449 pessoas) e a Potiguara de Monte Mór (população de 4.447 pessoas). Um número ainda não contabilizado de indígenas vive ainda em outras cidades como Mamanguape, João Pessoa, Rio de Janeiro ou no Rio Grande do Norte, entre outras (CARDOSO; GUIMARÃES, 2012).

### ***Instrumento de Pesquisa***

Para a presente pesquisa nos utilizamos do método qualitativo, pois percebemos que os resultados que almejamos não podem ser quantificados devido a sua complexa teia de relações entre paradigmas e percepções, biodiversidade e lucro; artificial e o natural. Para Haget (1995 p. 26), a pesquisa qualitativa oferece indicadores sobre a complexidade de estruturas e organizações. Poupart (2008) afirma que a pesquisa qualitativa vem sendo usada com intuito de definir uma situação social circunscrita (pesquisa descritiva) ou para explorar determinadas questões (pesquisa exploratória), que ao utilizar o método quantitativo o pesquisador não conseguiria mensurar.

Para a coleta dos dados utilizamos entrevistas semiestruturadas, pois:

Sua flexibilidade possibilita um contato mais intenso na relação entre o entrevistador e o entrevistado estimulando assim a exploração em profundidade de seus saberes, bem como de suas representações, de suas crenças e valores... Em suma, tudo o que reconhecemos, desde o início, como o objeto das investigações baseadas no testemunho (LAVILLE; DIONE, 1999, p. 45).

As entrevistas foram direcionadas aos responsáveis pelos procedimentos administrativos adotados nos meios de hospedagem. Na pesquisa de campo foram selecionados vinte e cinco empreendimentos situados na região, no entanto, as entrevistas foram realizadas com um total de dezessete, pois os oito restantes não estavam operando durante o período do campo ou não se disponibilizaram a participar da pesquisa. De acordo com a Associação Brasileira de Indústria de Hotéis - ABIH - PB o número de meios de hospedagem do litoral norte cadastrados ao CADASTUR - cadastro

feito junto ao Ministério do Turismo por pessoa física ou jurídica que trabalhem com o turismo – é de trinta e três meios de hospedagem. Com isso foram pesquisados 51% dos meios de hospedagem do litoral norte da Paraíba e procurados 75%.

A estrutura das entrevistas foi adaptada de Felix (2011), contemplando as seguintes temáticas: dados gerais; questões relativas aos clientes; práticas de gestão ambiental e responsabilidade socioambiental. A aplicação das mesmas ocorreu *in loco*, entres os meses de março a junho de 2016, pelo próprio pesquisador. Esse período foi escolhido devido à sazonalidade do turismo no nordeste com baixa frequência de turistas de sol e mar. Devido à baixa estação, a coleta de dados não interferiu muito na rotina dos meios de hospedagem, facilitando a participação dos entrevistados.

## **Resultados e Discussão**

### ***Perfil do empreendimento – Responsabilidade Socioambiental***

Nesta seção iremos discutir sobre os métodos, conceitos e a percepção da Responsabilidade Socioambiental e Gestão Ambiental por parte dos entrevistados. Na nossa pesquisa encontramos práticas de gestão ambiental por meio de ações arcaicas, fragmentadas e sem planejamento adequado e, portanto, sem sucesso para alcançar o objetivo final na redução dos impactos causados pela ação antrópica.

Durante a indagação sobre os conceitos de Responsabilidade socioambiental e gestão ambiental apenas um entrevistado soube responder às perguntas, considerando o contexto e o conceito. Os outros entrevistados, quando responderam à pergunta, relacionaram a gestão ambiental apenas à esfera pública, não considerando a privada, ou seja, se descomprometendo da responsabilidade ambiental da sua empresa.

O entrevistado Lauro (54) é empreendedor no ramo da hospitalidade há vinte e um anos e, no momento, ocupa um cargo político na pasta executiva do turismo no Estado, esse fato, com certeza, influenciou na compreensão de Responsabilidade Socioambiental cujo conceito ele atribui às características das empresas que trabalham no ramo do turismo:

*Eu entendo como a integração do empreendimento às potencialidades e as necessidades da comunidade. Que esse empreendimento que foi instalado lá ele foi motivado a ser instalado lá e o que lhe motivou foi o ambiente e a sociedade, ou seja, foi uma decisão socioambiental. Ele chegou porque o meio ambiente atraiu porque a paisagem atraiu que é um dos bens ambientais é a paisagem e aquela comunidade que ele se inseriu. Então a responsabilidade socioambiental é a responsabilidade de manter um bom relacionamento com essa coisa que se inseriu esse tecido que você resolveu se inserir, diagnosticando as potencialidades, diagnosticando as fragilidades e procurando através do seu empreendimento participar do fortalecimento dessas fragilidades da*

*potencialização das coisas positivas de maneira a haver uma sinergia e um crescimento integrado.*

A dificuldade na compreensão dos termos, por parte dos entrevistados, é refletida na ausência de práticas que promovam a sustentabilidade na região, pois somente três entrevistados desenvolvem alguma prática que busca a promoção da sustentabilidade na região. Essas práticas se apresentam da seguinte forma: organizações de gincanas (desenvolvida por um dos meios de hospedagem pesquisados na Baía da Traição, em conjunto com professores da rede pública de ensino. Nessa gincana ações e cartilhas referentes à separação do lixo e respeito ao meio ambiente são desenvolvidas pelas crianças, incentivando a educação ambiental); doação de pranchas de surf para crianças (um dos meios de hospedagem faz doação de pranchas para crianças de baixa renda, estimulando a prática de esportes); dois meios de hospedagem localizados no município de Mataracara fazem parte de uma ONG a S.O.S Caranguejo Uçá (*Ucides cordatus*) que tem como foco a preservação desse artrópode e seu ecossistema, o mangue.

Aprofundando um pouco mais sobre a ONG, tal organização já alcançou conquistas importantes para o local. Por exemplo, a transformação de uma área que seria utilizada para a construção de um empreendimento privado em uma Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE). Além disso, desenvolve projetos de conscientização dos turistas sobre o consumo do caranguejo na época de andada e, também, oferece cursos para que os pescadores tenham uma renda durante o período do defeso. O entrevistado João Maria (32) um dos participantes da ONG é biólogo e trabalha com hospitalidade há quatro anos, nos garante: “*Uma das coisas que a gente já usa nas informações que têm em cada suíte é o consumo do caranguejo- Uçá [Ucides cordatus] que é uma espécie ameaçada e que não pode ser consumido aqui dentro*”.

Práticas de educação ambiental são de grande importância para a região, pois esses empreendimentos encontram-se inseridos em um ecossistema costeiro, com um ambiente frágil às agressões antrópicas (RICKLEFS, 2010). A gestão ambiental em meios de hospedagem, além de promover a atividade turística de modo sustentável, também, pode estimular o desenvolvimento da região de forma socialmente justa.

Os meios de hospedagem pesquisados caracterizam-se como empreendimentos de micro ou pequeno porte e de administração familiar. Apenas um único empreendimento pesquisado pertence a uma grande instituição. Andrade (2007) afirma que 83% dos meios de empreendimentos de hospedagem, no Brasil, são de administração familiar, semelhante ao da região pesquisada, cujo perfil mantém o critério do parentesco. Menezes *et al.* (2011) acrescentam que 80% dos empreendimentos hoteleiros da região têm menos de vinte unidades habitacionais.

Esse fato pode estar atrelado às afirmações dos entrevistados quando todos, exceto o hotel institucional, asseveraram não fazer uso de técnicas de gestão ambiental por questões financeiras. Podemos observar nos relatos da entrevistada que chamaremos de Honara (54) que trabalha com hospitalidade

há cerca de dez anos e é proprietária de uma das pousadas mais antigas de Lucena, nos afirma: “*O que eu acho que atrapalha é mais a questão financeira mesmo, porque o restante a gente vai tentando se adaptar*”. A entrevistada Cintia (57) que trabalha há dez anos com hospitalidade também nos diz: “*O maior obstáculo que tem é o dinheiro*”.

No entanto, podemos constatar que os motivos que instigam esses meios de hospedagem pela busca e adequação ao modelo de gestão que idealiza a preservação da natureza baseiam-se, principalmente, na redução de custos; no *marketing* e na redução de custos aliada ao respeito à natureza, em segundo plano. Não constatamos nenhum discurso que priorizasse a natureza frente ao lucro. O entrevistado de nome fictício João (50), trabalha com hotelaria há onze anos, nos diz que a sua maior motivação na adoção de práticas de gestão ambiental: “*é a atração para os clientes*” [*Marketing*]; Amanda (62), geógrafa que empreende em hospitalidade há quatro anos, expõe: “*muito menos pela questão no meio ambiente e muito mais pela questão custo. Ainda não pensei no meio ambiente não*” [*Vantagens financeiras*]; Raquel (41) é do Rio Grande do Sul e está na Paraíba há três anos trabalhando com hospitalidade, narra: “*Também pela questão de valor financeiro, lógico, mas, principalmente, pela consciência ambiental*” [*Questões financeiras aliadas ao respeito ao meio ambiente*].

Esses achados nos alerta para o fato de que certas tecnologias, normas e selos utilizam-se do termo ambiental como emblema para o *marketing* e não, necessariamente, reflete uma percepção aguçada de respeito à natureza. Boff (2014) diz que o substantivo sustentabilidade e o adjetivo sustentável estão entre as palavras mais usadas, atualmente, pelas empresas, pelos governos, pela diplomacia e pelos meios de comunicação. É uma etiqueta que se procura colar nos produtos e serviços para agregar valor.

Ao fim da entrevista perguntamos qual a percepção dos depoentes sobre o turismo sustentável e sustentabilidade. Obtivemos poucas respostas adequadas aos conceitos propostos. O entrevistado Lauro (54) foi abrangente em seu discurso:

*[...] Não adianta desenvolver sem práticas sustentáveis porque aí o desenvolvimento vai ser predatório. [...] Tem que olhar a parti da comunidade, no local moram pessoas e essas pessoas têm uma necessidade uma aspiração de crescimento econômico, de emprego, de renda, de realizações da vida e isso precisam vir através do incremento da economia e aí é que o turismo sustentável ele, realmente, cai como uma luva. Porque você protege o futuro, você protege o meio ambiente e, com isso, você desperta a atenção e o interesse de pessoas que vão trazer dinheiro e fazer com esse ciclo econômico floresça.*

O ecoturismo concentra-se na apreciação mais sensível do meio ambiente e dirigido a pequenos grupos, divergindo do turismo de massa ou do “grande público.” Apesar da ética ambiental, o ecoturismo no Brasil, ainda, restringe-se a uma demanda da classe média alta, selecionada através de

consultores e agenciamentos. Contudo, notou-se que a prática do ecoturismo depende de infraestrutura local e de acessibilidade de qualidade.

A infraestrutura de hospitalidade (acessibilidade e legibilidade) são questões fundamentais para atender o público elitizado do ecoturismo, diferentemente, do público que busca o turismo de base comunitária disposto a se envolver no cotidiano da comunidade. Talvez por conta desse fato, Lauro nos apontou sobre a falta de acessibilidade:

O tipo de turismo que nós temos a oferecer aqui é o ecoturismo de alta qualidade, mas quando o lugar não tem acesso ao asfalto às agências de viagens não operam apenas as agências de aventura que significa oito ou dez por cento do mercado. Mas as agências que tratam com o grande público elas não operam.

A prática turística de forma sustentável não é suficiente para que seja considerado ecoturismo como afirma Dias (2002). De acordo aos relatos, parece existir um hiato na percepção do entrevistado sobre as formas de turismo. Nos próximos depoimentos serão destacadas as expectativas, anseios e obstáculos encontrados pelos meios de hospedagem na sua relação com a natureza.

### ***Perfil de hóspedes***

Podemos observar que o perfil dos turistas da região varia de forma sazonal. Durante o verão (alta estação) os visitantes chegam das regiões mais variadas do Brasil, e do mundo. Já durante o inverno (baixa estação) o perfil é caracterizado por pessoas da região nordeste, principalmente, dos estados vizinhos Pernambuco e Rio Grande do Norte. Essa característica pode ser observada no relato do entrevistado Antônio (51), que trabalha no ramo da hospitalidade há seis anos, um dos responsáveis por organizar os maiores eventos esportivo da cidade de Lucena, o mesmo relata:

[...] Eu recebo, em alta temporada, o Brasil, bem dizer todo e alguns do exterior já teve período que todos os estados passaram por aqui. Agora nesse período [baixa temporada] os clientes mais constantes são os clientes dos estados circunvizinhos como do interior do Rio Grande do Norte, do interior de Pernambuco. [...] É nessa época de crise é o que dá sustentabilidade [financeira].

Menezes et. al. (2011) alegam que o período de maior ocupação dos meios de hospedagem no litoral norte da Paraíba se dá entre os meses de novembro a fevereiro. Os meses de dezembro, janeiro e fevereiro se caracterizam como os meses de maior fluxo turístico no Nordeste (BRASIL, 2012). Medeiros (2007) afirma que a complexidade do turismo se destaca

quando se considera a sazonalidade da atividade. Brasil (2014) ao afirmar que os brasileiros estão priorizando as viagens dentro do próprio País, indo de encontro às características expostas pelos hóspedes de estados vizinhos. A mesma publicação informa que quando o patamar do câmbio está alto estimula-se o turismo local, indo na expectativa do entrevistado Antonio que afirma “[...] *nessa época de crise é o que dá sustentabilidade [financeira]*”.

Podemos observar que a maioria dos proprietários dos meios de hospedagem demonstra uma percepção positiva dos hóspedes, que em suas estadias, adotam uma postura socioambiental responsável e de respeito à natureza, cultura e comunidade local. A entrevistada Izabel (56) que é proprietária de um meio de hospedagem localizado numa Área de Preservação Ambiental (APA) relata:

*Respeita! Tem uns quando vão “pra” praia traz um monte de lixo. Ao ver tanto lixo na praia, eles trazem o lixo “pra” eu jogar fora. E respeita a comunidade sim!*

A entrevistada Cintia (57) afirma: “*Graças a Deus, todos que vêm eles procuram respeitar. [...] Tem hóspede que dá gosto!*” O entrevistado Diogo (34) trabalha com hospitalidade há quatro anos e já teve experiência internacional em navios cruzeiros e hoje gerencia uma pousada na Baía da Traição, nos diz que “*jamais chegou um hóspede para querer interromper na nossa cultura*”. O entrevistado Romário (22) que trabalha há apenas quatro meses com hospitalidade, ainda colabora afirmando que: “[...] *eles sempre preservam a cultura local, tá junto com a comunidade e sempre preservando o meio ambiente*”.

Entretanto, os entrevistados também contaram que seus clientes se queixam muito da presença de lixo nos destinos visitados com forte apelo turístico. O turista fica indignado com a situação do lixo na praia, conforme notara a entrevistada Izabel (56). A entrevistada Maria (60) que é a proprietária do único meio de hospedagem localizado dentro de uma reserva indígena e de uma ARIE, compreensivamente, diz:

*“eles [turistas] respeitam, eles vêm bem educadamente, eles não fazem sujeira e se aparece sujeira é porque, realmente, as autoridades do lugar não “coloca” tonéis por toda esquina”.*

Para esse perfil de visitante Molina (2001) chama de “novo turista”, o autor afirma que incentivados pelo atual debate ambiental os turistas estão interessados na qualidade ambiental dos lugares que visitam. Comportamentos de zelo ambiental, por parte de turistas, foram percebidos nos relatos de todos os meios de hospedagem pesquisados, exceto naqueles obtidos no município de Lucena. Em Lucena eles foram unânimes ao falar que o perfil dos seus hóspedes não se enquadra numa característica de um novo turista.

O entrevistado Antônio (51) afirma que “*tem hóspede que vai para a beira da praia que se deixar ele traz até frauda descartável*”; Amanda (62) disse que “*falta muita educação ambiental*”. Indo nesse caminho a entrevistada Honara (54) alega que “*é questão de escolaridade e de educação doméstica, mesmo*”.

De acordo com Barbosa-Segundo (2015) o município de Lucena é o município que recebe mais turistas dentre a região pesquisada. O maior fluxo turístico talvez explique o comportamento dos turistas, indiferentes com o meio ambiente, precedendo o turismo de massa na cidade. Autores como Molina (2001), Dias (2002), Santana (2009), Philippi Jr. (2010), Figueroa e Dias (2011) entre outros, asseveram que o turismo de massa influencia diretamente na depredação da natureza.

Frente à consciência ambiental por parte de seus hóspedes, os entrevistados notaram que os mesmos não cobram uma postura ambiental por parte da pousada. Esse fato pode estar relacionado à percepção turística de natureza, restrita aos aspectos paisagísticos e contemplativos, ignorando sua utilização enquanto recurso natural. Porto-Gonçalves (2011) nos alerta que toda sociedade cria seu conceito de natureza. Na nossa - ocidental contemporânea e capitalista - a visão que impera é de natureza-objeto *versus* sujeito-consumidor.

## **Práticas de Gestão Ambiental**

### **Uso da água**

Nesta seção observamos a relação do meio de hospedagem com o consumo de água. Onde se constata que os empreendimentos pesquisados mantêm - em algum momento - no desenvolvimento dos seus serviços, métodos que mitiguem o consumo de água. Técnicas como reutilização da água da piscina para irrigar plantas; utilização de vasos sanitários e torneiras de baixa vazão; uso de máquinas de lavar roupas; política de troca de roupa de cama e toalhas; captação de água da chuva, dentre outras. Esses procedimentos mostram que os meios de hospedagem mantêm uma postura proativa em relação ao consumo de água. Gonçalves (2004), Santos et. al. (2006), Felix (2013) entre outros, corroboram afirmando que o mercado da hospitalidade está, cada vez mais, se despertando para a variável ambiental.

No entanto, foram constatadas algumas contradições, pois ao ponto que os meios de hospedagem se apropriam de técnicas de redução de água, quando indagados sobre os hábitos e percepção em relação ao consumo de água, eles negaram a economia de água. Tal afirmação é explicada pelos entrevistados pela utilização de poços artesianos, poços amazonas e pela singularidade na política de abastecimento de água da cidade de Mataraca, onde não é cobrada.

O entrevistado Lauro (54) afirma que: “*por força da abundância [de água] [...] não existe prática de reuso*”. Nesse caso, quando o entrevistado fala da “abundância” se refere à política de abastecimento de água no município de Mataraca. Outro entrevistado que nomeamos de João (50) que trabalha com hospitalidade há onze anos na Baía da Traição anos, relata:



*Eu tenho dois poços furados [...] aqui tem muita água [...] como aqui tem muita água quanto mais para as pessoas [hóspedes] melhor. [...] Tenho muita água, eu tenho água sobrando. Maria (60) explica o motivo pelo qual ela não economiza água: “eu tenho cacimbão [poço amazonas] próprio, então eu tenho água à vontade”.*

Barbosa-Segundo (2015) ao aplicar o Índice de Abastecimento de Água no litoral norte da Paraíba destaca que a região possui um índice satisfatório de abastecimento de água, onde todas as cidades possuem números acima de 90 pontos. No entanto, outro dado exposto pelo autor revela que a Companhia de Água e Esgoto da Paraíba (CAGEPA) não possui infraestrutura de coleta de esgoto em nenhum dos municípios analisados. Esse fato mostra que, por mais que os meios de hospedagem tenham acesso à água encanada eles possuem poços para a captação de água. No entanto, se observou que todos os meios de hospedagem possuem fossas. Constatamos, também, que a grande maioria se utiliza de fossas secas, mais impactantes que as sépticas. Sobre o uso de fossas, Tucci (1999) adverte:

Grande parte das cidades brasileiras utilizam fossas sépticas como destino final do esgoto. Esse conjunto tende a contaminar a parte superior do aquífero. Esta contaminação pode comprometer o abastecimento de água urbana quando existe comunicação entre diferentes camadas dos aquíferos através de percolação e de perfuração inadequada dos poços artesianos.

É importante, em outro momento, observar se esses meios de hospedagem têm as licenças para perfuração dos poços artesianos e o nível de fiscalização por parte dos órgãos públicos. Apesar do uso de tecnologias que reduzam o consumo de água, os meios de hospedagem não mantêm uma consciência ambiental no sentido de reduzir o consumo de água, pois se enquadram nas normativas ambientais mais por uma questão de mercado.

### **Consumo de energia**

Quando se investigou o consumo de energia identificou-se que, assim como as práticas de consumo de água, os meios de hospedagem também se utilizam de tecnologias para mitigar o consumo de energia. Tecnologias como: lâmpadas LED; preferência por equipamentos eletrônicos classe A; política de conscientização dos hóspedes; técnica (manual ou eletrônica) de desligamento dos eletrodomésticos quando os hóspedes saem do quarto, lâmpadas com sensores de presença e/ou fotocélulas; energia térmica (com ou sem painéis solares) foram algumas das tecnologias encontradas nos meios de hospedagem para redução do consumo de energia elétrica.

Além da atitude favorável dos administradores dos meios de hospedagem na adoção de métodos para reduzir o consumo de energia e seus impactos, outra perspectiva sobre a adoção de técnicas de gestão

ambiental, foi revelada. Muitos entrevistados afirmaram não implantar energia fotovoltaica por falta de acesso à tecnologia, não culpando a questão financeira, como exposto no relato de Amanda (62): “[...] a gente não tem oferta de tecnologia. [...] só vou gastar quando eu tiver quem me forneça e se for uma empresa responsável”. João (50) diz “se tivesse oferta na região investiria [em energia solar]. [...] Não tenho medo de investir, não!”.

Os entrevistados mostraram um comportamento bem mais proativo sobre o consumo de energia frente ao de água. Suas percepções em relação aos seus hóspedes, em alguns momentos, tornaram-se mais ríspidas quando indagados sobre o consumo de energia, responsabilizando, muitas vezes, seus hóspedes pelo alto consumo. Esse fato vai de encontro à perspectiva de Philippi (2010) que alega que o hóspede não deve ser visto como um “cliente Rei” que deseja ser agradado a qualquer custo, mas sim como uma pessoa com necessidades e anseios atendidos sob a ética da sustentabilidade.

Na entrevista quando perguntamos se os estabelecimentos buscam conscientizar seus hóspedes sobre o consumo excessivo de energia, Cintia (56) alega que está sempre conversando com os hóspedes sobre o desperdício:

*[...] porque eles [se referindo aos hóspedes] têm um jeito de deixar o ar-condicionado ligado e a porta aberta. Aí eu digo: meus queridos pelo o amor de Deus não faça isso não porque não vai servir para vocês e vai dar prejuízo.*

O entrevistado Mário (63) nos relatou um ocorrido que retrata bem o cotidiano dos meios de hospedagem em relação ao consumo de energia. A busca pelos aparatos tecnológicos para reduzir o constrangimento diante dos excessos dos hóspedes marcam o único relato que envolveu a preocupação com meio ambiente nesta seção:

*[...] eu hospedei três mulheres num apartamento com três suítes e essas mulheres elas saíam de 8h da manhã e chegam à tarde e elas ligavam os ar-condicionados e deixavam ligados. Só que a gente fica “curiando” aí eu tenho um controle interno aqui na recepção que eu desligo tudo. Porque eu não tenho aquele sistema de cartão que passa e desliga tudo, então eu tenho aqui um controle [manual] aqui na chave num disjuntor que é uma saída, então a gente desliga tudo. E é tudo separado são três disjuntores um para o chuveiro, uma para iluminação, lâmpadas e outro para ar-condicionados. Então o pessoal [funcionários] fala “olha não tem ninguém aí e tá ligado” então a gente vai lá e desliga, quando o hóspede chega fala “o que houve aqui desligaram o ar!” aí nós informamos “olha é porque “tava” tendo um consumo excessivo de energia, isso daí é super ruim para o meio ambiente porque isso vai estar gastando energia que poderia estar sendo gasta em outro lugar ou podendo ser poupada, né!?” E essa pessoa ficou super chateada, falou que a partir do momento que ela aluga o apartamento ela tem o direito do uso. Tudo bem tem direito de uso e não de abuso!*

A atitude dos meios de hospedagem em relação ao consumo de energia elétrica difere-se radicalmente ao da água, pois se observa que, além das técnicas adotadas, os estabelecimentos também mantêm uma postura proativa para conter o consumo de energia elétrica. A temática energia elétrica, dentre as pesquisadas, é a que mais preocupa os meios de hospedagem, sobretudo pela questão econômica.

Indagados sobre suas percepções em relação ao consumo de energia podemos perceber o foco das suas preocupações, a julgar pelas declarações em relação ao valor da conta, Cintia (57) exclamou: “[...] *pelo meu gosto só vinha um real*”; Romário (22): “[...] *tá tentando diminuir todos os custos com energia*”; e João (50) relata: “*Muito caro!*”. O senhor Mário (63) que em outro momento mostrou sua preocupação com o meio ambiente nesse momento mostra sua maior preocupação, a financeira:

*[...] Os motivos de eu adotar seria a economia para a empresa e também para o meio ambiente porque se eu trouxer essa tecnologia renovável eu estou evitando o consumo de uma energia cara, uma energia cara e de grande desperdício.*

Esses relatos podem estar associados ao alto custo da energia elétrica no Estado, devido ao acionamento da bandeira vermelha no país entre os anos de 2015 e 2016. A bandeira tarifária é uma intervenção do Estado Federativo na conta de energia devido aos baixos níveis de água das hidrelétricas brasileiras (ABRADEE, 2014).

Os meios de hospedagem pesquisados são de micro ou pequeno porte. Esses tipos de empreendimentos estão mais suscetíveis às mudanças e pressões externas de mercado. De acordo com a FIEP (2015), o alto custo da energia elétrica no estado da Paraíba é o principal empecilho ao bom andamento dos negócios. Tal cenário nos revela o porquê de o consumo de energia ser o foco de preocupações.

Um dado preocupante, evidenciado no presente estudo, foi o descaso com impactos ambientais causados pelos meios de hospedagem. Apenas um entrevistado mencionou o assunto e ressaltou a importância da redução do consumo frente à preservação do meio. A falta de importância também foi registrada por Freitas e Almeida (2010). Eles analisaram o nível de consciência ambiental dos meios de hospedagem de um município do litoral norte do Rio de Janeiro. Os autores concluíram que os empreendimentos que trabalham com hospitalidade, praticam ações destinadas à proteção do meio. Contudo, o objetivo predominante das práticas, segundo eles, visa à redução de despesas através da economia de recursos.

A preocupação com a questão econômica, por parte dos meios de hospedagem do litoral norte da Paraíba, através da adoção de técnicas de mitigação de consumo de água, servindo como estratégia de marketing e no uso de métodos de redução de energia, servindo para economia financeira não se constituem erros, pois suas características de empreendimentos de

pequeno porte e de administração familiar lhes deixam, de certa forma, mais suscetíveis à pressão de mercado. No entanto, essa pressão pela busca imediata do lucro aliada à falta de uma administração pautada nos conceitos de uma gestão ambiental resulta em uma má utilização dos recursos naturais e, conseqüentemente, em sérios impactos ambientais.

A produção de energia é uma das atividades mais impactantes da atualidade. Autores como Porto-Gonçalves, (2012) e Abramovay, (2012) destacam que é preciso uma nova percepção econômica no uso de recursos que tenha por eixo seus efeitos no bem-estar humano e no estado dos ecossistemas.

### **Política dos Resíduos Sólidos**

A política destinada aos resíduos sólidos no litoral norte da Paraíba é precária ou insipiente. Podemos observar que os meios de hospedagem pesquisados mantêm uma postura de preocupação com o lixo produzido por eles, cujas práticas não são bem sucedidas devido à falta de políticas públicas responsáveis. De acordo com Barbosa-Segundo (2015) o Índice de Resíduos Sólidos (IRS) nos municípios pesquisados aponta que esses não possuem nenhum sistema de tratamento adequado do lixo coletado, sendo todo o volume depositado em lixões a céu aberto. Esse quadro mostra que os municípios do litoral norte da Paraíba não se adequaram à Lei N° 12.305/2010, que rege a Política Nacional dos Resíduos Sólidos (PNRS) que em seu Art. 1º:

Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, dispondo sobre seus princípios, objetivos e instrumentos, bem como sobre as diretrizes relativas à gestão integrada e ao gerenciamento de resíduos sólidos, incluídos os perigosos, às responsabilidades dos geradores e do poder público e aos instrumentos econômicos aplicáveis (BRASIL, 2012, p, 9).

No Art. 54 a Lei estipula um prazo de quatro anos a partir de sua sanção para que os municípios se adequassem à nova política. No entanto, o prazo terminou e 50,6% dos municípios ainda não dispõem de políticas de lixo apropriadas (CNM, 2015) e a região pesquisada contribui majoritariamente para este cenário.

Diante dessa situação, vimos que os meios de hospedagem pesquisados se preocupam e buscam maneiras de amenizar tais problemas. Todos os entrevistados afirmaram que a responsabilidade pela disposição final dos seus resíduos é de suas respectivas prefeituras. Eles demonstraram indignação com a forma de coleta e destinação do lixo. Relatam falta de infraestrutura e periodicidade na coleta do lixo, sendo um caminhão aberto sem dias pré-definidos de coleta. Essa situação ocorre em todos os municípios pesquisados.

A precariedade na coleta do lixo na região é preocupante inclusive na APA do Rio Mamanguape, que por mais que seja uma Unidade de

Conservação sofre com tais problemas. Por ser um local de difícil acesso e longe da parte urbana da cidade, não tem coleta de lixo, sendo esses descartados em terrenos baldios ou queimados pela comunidade (G1, 2016).

E esse problema não foi encontrado apenas no município de Rio Tinto, onde está localizada a APA do Rio Mamanguape, relatos como o de Carlos (52) um italiano que reside na Baía da Traição, há seis anos, trabalha com hospitalidade, ele se queixa:

*“[...] têm dois caminhões que serve toda a cidade então, estão velhos, talvez quebram e não podem trabalhar. A organização deveria ser melhor, por exemplo, como dividindo as áreas da cidade e passando naquela área, naquela hora, outro dia naquela área naquela hora, porque o caminhão passa, tu nunca “sabe” quando passa!”.*

O outro fato muito criticado pelos entrevistados se refere à destinação final dos resíduos, ou seja, aos lixões. As operações referentes ao tratamento do lixo pelos empreendimentos não estão em conformidade porque eles percebem a passividade das políticas públicas, por parte da prefeitura, na disposição final dos resíduos.

Podemos observar *in loco* as tentativas de uma coleta seletiva, por parte dos meios de hospedagem pesquisados, contudo, os entrevistados relataram a falta de sinergia entre eles e a prefeitura. Eles separam o lixo, adequadamente, mas quando o caminhão recolhe, todos os resíduos são misturados. Os relatos de João Maria (32) detalham bem esse quadro:

*A gente até tenta fazer a coleta seletiva, separa o lixo, tudo. Mas desestimula muito porque na hora do caminhão recolher, aquilo vai para o mesmo local. Então a gente tenta por uma questão de consciência, mas que não temos o retorno, o feedback, aí desestimula. A gente até chegou a ficar levando o lixo no carro pra João Pessoa para colocar em toneis lá de reciclagem, mas num... Mas fica muito inviável, trabalhoso.*

O entrevistado Lauro (54) também expõe:

*[...] Não adianta eu fazer coleta seletiva e chegar o gari e misturar tudo, então é aquela coisa pra inglês ver, acho que temos que fazer o que pode ser feito. Sou a favor de mais, acho a coleta seletiva importante, mas a coleta seletiva ela tem uma ponta até a outra ela tem que ser coletada na cozinha de forma seletiva, transportada de forma adequada e descartada de forma seletiva, então separar aqui para o cara juntar lá é complicado.*

Essa conjuntura faz com que os estabelecimentos desenvolvam métodos que mitiguem seus impactos e melhorem sua política de tratamento do lixo, entre outras coisas, porque eles trabalham com hospitalidade e

precisam de um ambiente salubre. Com isso, podemos constatar muitas técnicas alternativas utilizadas pelos meios de hospedagem pesquisados.

Apenas três meios de hospedagem afirmaram não ter um destino para latinhas, embalagens PET's e restos de alimentos. As demais mantêm contato com pessoas que trabalham com reciclagem; disponibilizam as latinhas para que os funcionários recolham e vendam, adicionando um extra na renda mensal e, também, praticam a compostagem. Uma prática observada, com frequência, foi a doação de restos de alimentos para criadores de animais, que recolhem periodicamente esses resíduos.

Apesar de um grande número de métodos de tratamento do lixo e de colaboradores, é importante ressaltar que as técnicas ocorrem sem o devido planejamento e são fragmentadas entre os meios de hospedagem pesquisados. Nem todo o lixo é corretamente tratado e algumas técnicas são utilizadas, muitas vezes, apenas quando convém. Pois, ao mesmo tempo em que um meio de hospedagem separa as latas de alumínio ou doa o lixo orgânico para criadores de animais, eles queimam o excedente após dias de espera pelo caminhão de coleta. Apesar de importantes, as preocupações com o lixo, por parte dos empreendimentos pesquisados, são isoladas. Infelizmente, a falta de periodicidade compromete as técnicas em zerar ou diminuir o lixo acumulado pelos empreendimentos. Podemos observar esse fenômeno no relato de João (50):

*Eu tenho dois tipos de lixo um que é folha, muita folha, então eu utilizo para as plantas, o plástico, às vezes, o pessoal vem pegar garrafa pra vender e quando não vem que eu tenho muito lixo, eu pego separo e toco fogo. Eu queimo o meu lixo!*

Por último, ao avaliarmos a percepção dos gestores sobre a política de resíduos sólidos, notou-se que um entrevistado desconhecia a precariedade do tratamento do lixo da sua localidade. Reitera-se, portanto, a importância de se investir na formação de gestores de meios de hospedagem sob a ótica da gestão ambiental sustentável.

### **Considerações Finais**

Os gestores dos empreendimentos possuem uma grande afetividade com os seus contextos locais, conhecendo muito bem a sua singularidade em relação à natureza, cultura e história. A hospitalidade desenvolvida no litoral norte da Paraíba é caracterizada, principalmente, pelo seu porte pequeno. Esse fato é um ponto positivo para a perspectiva de um desenvolvimento turístico pautado por princípios sustentáveis.

No entanto, podemos constatar uma dicotomia entre essas características e a busca pelo lucro por parte dos gestores da região. Essa ambivalência pode estar relacionada à falta de conhecimento mais abrangente, por parte dos entrevistados, de conceitos facilitadores do planejamento turístico adequado, incluindo sustentabilidade, gestão ambiental e responsabilidade socioambiental.

Assim, é necessário aproximar os gestores que atuam no ramo da hospitalidade, na região do litoral norte da Paraíba, ao conceito de responsabilidade socioambiental e gestão ambiental. Incorporar elementos de promoção da sustentabilidade nas práticas rotineiras dos meios de hospedagem, instrumentalizando ações de educação ambiental, turismo ecológico e de respeito às comunidades tradicionais.

A atividade turística encontra-se no estágio inicial e isso permite intervenções na forma de um planejamento turístico adequado aos preceitos de uma gestão sustentável, para assegurar que a singularidade da biosociodiversidade do litoral norte paraibano seja preservada.

## Referências

ABRAMOVAY, R. **Muito Além da economia Verde**. São Paulo: Editora Abril, 2012.

ALIGLERI, L.; ALIGLERI, L.A.; KRUGLIANSKAS, I. **Gestão socioambiental: responsabilidade e sustentabilidade do negócio**. São Paulo: Atlas, 2009.

ANDRADE, N.; BRITO, P.L.; JORGE, W.E. **Hotel: Planejamento e projeto**. 9 ed. São Paulo: Senac, 2007.

ABRADEE - Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica. Bandeiras Tarifárias. 2014. Disponível em: <<file:///C:/Users/Pedro%20Henrique/Downloads/cartilha%20bandeiras%20tarifarias%20abradee.pdf>> Acesso em: 08 jul. 2016.

BARBOSA-SEGUNDO, I.D. Análise das Condições de Salubridade Ambiental dos Municípios com Potencial Turístico do Litoral Norte Paraibano. João Pessoa. **Dissertação** (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – UFPB, 2015.

BERTÉ, R. **Gestão Socioambiental no Brasil**. 2º ed. Curitiba: Ibpex, 2012.

BOHDANOWICZ, P. European Hoteleirs' Enviroment Attitudes. **Cornel And Restaurant Administration Quarterly**. V. 46, N° 2. May/2005.

BOFF, L. **Sustentabilidade: O que é – O que não é**. 3º edição. Petrópolis – RJ: Editora Vozes, 2014.

BOFF, L. **Virtudes para um outro mundo possível: Hospitalidade**. Petrópolis – RJ: Editora Vozes, 2005.

BRASIL. [Lei n. 12.305, de 2 de agosto de 2010]. **Política nacional de resíduos sólidos** [recurso eletrônico]. 2. Edição: Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2012.

BRASIL. Banco do Nordeste. **Turismo no Nordeste do Brasil**. 2012.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Cresce interesse do brasileiro por destinos domésticos**. Portal do Brasil. Publicado em: 05 fev. 2014. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/turismo/2014/02/cresce-interesse-do-brasileiro-por-destinos-domesticos>> Acesso em: 20 jun. 2016.

BUARQUE, S.C. **Metodologia de Planejamento do desenvolvimento local e Municipal Sustentável**. Projeto de Cooperação Técnica INCRA/IICA-PCT-INCRA/IICA: Brasília, 1999.

BUTLER, R.W. 1980. The Concept of a Tourist Area Cycle of Evolution, Implications to Management of Resources. **Canadian Geographer**, v.24, n.1, p.5-12.

CAMARGO, A.M.B. **Sustentabilidade: dimensões e desafios**. 6 ed. Campinas, SP: Papyrus, 2003. (coleção Papyrus educação).

CARDOSO, T.M.; GUIMARÃES, G.C. (Orgs.). **Etnomapeamento dos Potiguara da Paraíba**. Brasília: FUNAI/CGMT/ CGETNO/CGGAM, 2012. (Série Experiências Indígenas, n.2)

CASTELLI, G. **Administração Hoteleira**. 9 ed. Caxias do Sul. EDUSC, 2003.

CESAR, P.H.C. Avaliação de práticas de gestão ambiental em meios de hospedagem situados no litoral norte do estado da Paraíba. Mamanguape. **Trabalho de Conclusão de Curso** (Graduação) – Curso de Hotelaria – UFPB, 2013.

CNM - Confederação Nacional de Municípios. **Estudo Técnico – Gestão Municipal dos Resíduos Sólidos**. Paraíba: 2015. Disponível em: <[www.cnm.org.br](http://www.cnm.org.br)> Acesso em: 06 de jul. 2015.

CORIOLOANO, L.N.M.T.; VASCONCELOS, F.P. **O Turismo e a Relação Sociedade-Natureza: realidade, conflitos e resistência**. Fortaleza: EdUECE, 2007.

DIAS, R. **Gestão ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade**. 2 ed. São Paulo: Atlas. 2011.

DIAS, R. **Sociologia do Turismo**. São Paulo, ATLAS, 2002.

DIAS, R. **Turismo Sustentável e Meio Ambiente**. Editora Atlas, 2003.

FARIAS, R. S. DE. A centralidade de Mamanguape (PB) e sua relação com as cidades pequenas do litoral norte paraibano. **Dissertação** (Mestrado em Geografia – UFPB), João Pessoa, 2013.

FIEP - Federação das Indústrias do Estado da Paraíba. **Sondagem Industrial na Paraíba**. Ano V. N° 6. Paraíba: Jun. 2015.

FELIX, W.S. Gestão Ambiental e Sustentabilidade: estudo de casos múltiplos no setor hoteleiro de João Pessoa/PB. 2011. Rio Tinto. **Trabalho de Conclusão de Curso** (Graduação) – Curso de Ecologia – UFPB, 2011.

FERREIRA, R.A.R. Uma avaliação da certificação ambiental pela norma NBR ISO 14001 e a garantia da qualidade ambiental. São Carlos, **Dissertação de Mestrado** (Escola de Engenharia Civil) - UFSCar, 1999.

FIGUEIRA, V.; DIAS, R. **A Responsabilidade Social no Turismo**. Escolar Editora, 2011.



FREITAS, A.L.P.; ALMEIDA, G.M.M. Avaliação do Nível de Consciência Ambiental em Meios de Hospedagem: uma abordagem exploratória. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, 22 (2): 405-417, Ago. 2010 Disponível em: < <http://www.seer.ufu.br/index.php/sociedadenatureza/article/view/9885> >

GONÇALVES, L.C. **Gestão ambiental em meios de hospedagem**. São Paulo: Ed. ALEPH. 2004.

HAGUETTE, T.M.F. **Metodologias qualitativas na sociologia**. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2007

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades@**. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php>> Acesso: 22.set. 2016.

ICMBio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Plano de Manejo**: Área de Proteção Ambiental da Barra do Rio Mamanguape e da Área de Relevante Interesse Ecológico de Manguezais da Foz do Rio Mamanguape. Brasília, 2014. Disponível em: <[file:///C:/Users/Pedro%20Henrique/Downloads/Produto\\_1\\_-\\_Mamanguape%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/Pedro%20Henrique/Downloads/Produto_1_-_Mamanguape%20(2).pdf)>

IGNARRA, L.R. **Fundamentos do turismo**. 2 ed. Revisada e ampliada. São Paulo: Thompson Pioneira, 2003.

KIOTANI, I.B; LIMA, E.R.V. Turismo de segunda residência no litoral da Paraíba: legislação x uso do espaço. *In*: LIMA, E.R.V. **Dilemas ambientais do uso e ocupação da costa paraibana**. João Pessoa, PB: Editora UFPB, p. 43 – 72, 2012.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. **A Construção do Saber Manual de Metodologia da Pesquisa e Ciências Humanas**. Tradução: Heloisa Monteiro e Francisco Settineri. Porto Alegre: Artmed; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LEFF, E. **Saber Ambiental: Sustentabilidade, Racionalidade, Complexidade, poder**. 8º edição: Editora Vozes, 2011.

MARQUES, J.A. **Introdução à Hotelaria**. (Coleção turismo). Bauru, SP. EDUSC, 2003.

MEDEIROS, A.A. Turismo de Evento como Estratégia no Combate a Sazonalidade: uma análise na hotelaria de Natal –RN. Natal. **Dissertação** (Mestrado em Engenharia de Produção) - UFRN, 2007.

MENEZES, P.D.L.; BALDUINO, B.C.; BALDUINO, J.C.; BRANDÃO, J.M.F. Gestão Hoteleira no litoral norte da Paraíba. **Qualit@s Revista Eletrônica**. Vol. 1; N. 1. Pág. 1-18. 2011.

MOLINA, S.E. **Turismo e ecologia**. Tradução de Josely Vianna Baptista. 2 ed. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

OLÍVIO, D.H.; CARVALHO, V.J.L.; BIANCARDI, L.; GALLO, Z. A Ética do Consumo. **Scientia FAER**, Olímpia - SP, Volume 2, 1º Semestre. 2010

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO - OMT. **Guia de desenvolvimento do turismo sustentável**. Porto Alegre: Ed. Bookman Companhia, 2003.

PHILIPPI JR., A.; ROMERÒ, M.A.; BRUNA, G.C. **Curso de gestão ambiental**. Barueri, SP: Manole, 2004 (Coleção Ambiental).

PHILLIPI JR, A.; RUSCHMANN, D.V.M. (Editores). **Gestão ambiental e sustentabilidade no turismo**. Barueri – SP: Manole, 2010.

PORTO-GONÇALVES, C.W. **Os (des) caminhos do meio ambiente**. 15ª edição: São Paulo, 2011.

PORTO-GONÇALVES, C.W. **O desafio Ambiental**. 3ª edição. Rio de Janeiro: Record, 2012. (Os porquês da Desordem Mundial. Mestres Explicam a Globalização).

POUPART, J. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

PRATES, A.P.L.; GONÇALVES, M.A.; ROSA, M.R. **Panorama dos ecossistemas costeiros e marinhos no Brasil**. 2 ed. Ver. Ampliada – Brasília: MMA, 2012.

RESENDE, A. Área de Proteção Ambiental na PB tem lixo e esgoto, diz pesquisadora. **G1 Paraíba**. João pessoa, 03 de jul. 2016. Disponível em; <<http://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2016/07/area-de-protecao-ambiental-na-pb-tem-lixo-e-esgoto-diz-pesquisadora.html>> Acesso em: 10 de jul. 2016.

RICKLEFS, R.E. **Economia da Natureza**. 6ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

RUSCHMAN, D.V.M. **Turismo e Planejamento Sustentável**. 1ª ed. Campinas – SP: Editora Papirus, 2000.

RUSCHMANN, D.V.M. Planejamento e ocupação do território através da expansão da atividade turística: condicionamentos básicos a partir da questão ambiental. *In*: RODRIGUES, A.B. (Org.). **Turismo e ambiente: reflexões e propostas**. São Paulo: Hucitec. Série: geografia: teoria e realidade. 41. 177p.

SACHS, I. **Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2009.

SANTANA, A. **Antropologia do Turismo: Analogias, Encontros e Relações**. Aleph, 2009.

SANTOS, C.B.N.; SOUZA, M.T.;S.; BARBOSA, R.J. Gestão ambiental em empreendimentos hoteleiros: análise de práticas e de resultados em um estudo de casos múltiplos. **Anais do III SEGET – Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia**, 10. 2006. Rio de Janeiro. Disponível em: <[http://www.aedb.br/seget/artigos\\_06/631\\_SEGeT.pdf](http://www.aedb.br/seget/artigos_06/631_SEGeT.pdf)>. Acesso: 20.mar. 2016.

SEIFFERT, M.E.B. **Gestão Ambiental: instrumentos, esferas de ação e educação ambiental**. 1 ed. São Paulo: Atlas, 2009. 328 p.

TEMOTEO, J.A.G; LIMA; E.R.V.; NISHIDA, A.K. Empreendimentos turísticos e impactos ambientais dos distrito de Jacumã-município de Conde. *In*: LIMA, E.R.V. **Dilemas ambientais do uso e ocupação da costa paraibana**. João Pessoa, PB: Editora UFPB, p. 09 – 39, 2012.

TUCCI, C.E.M. Aspectos Institucionais do Controle das Inundações Urbanas. **Anais do I Seminário de Recursos Hídricos do Centro-Oeste**. Brasília, 1999.

VALENTE, O.F.; GOMES, M.A. **Conservação de Nascentes: Hidrologia e Manejo de Bacias Hidrográficas de Cabeceiras**. Viçosa: Aprenda Fácil, 2005.

**Pedro Henrique Cesar:** Universidade Federal do Rio Grande do Norte, João Pessoa, PB, Brasil.

E-mail: pedrohcesar@hotmail.com

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4788160473380494>

**Daniel Durante Pereira Alves:** Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN, Brasil.

E-mail: durante@ufrnet.com

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0105245515649663>

**Joel Silva dos Santos:** Universidade Federal da Paraíba, Paraíba, João Pessoa, RN, Brasil.

E-mail: joelgrafia.santos@gmail.com

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2886313019289301>

**Sueli Aparecida Moreira:** Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN, Brasil.

E-mail: suelimoreira@yahoo.com.br

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9469781068838287>

Data de submissão: 30 de junho de 2018

Data de recebimento de correções: 23 de julho de 2018

Data do aceite: 23 de julho de 2018

Avaliado anonimamente